CAPITALISMO EM DEBATE*

FRASE, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**: uma conversa na Teoria Crítica. São Paulo: Boitempo, 2020, 256 p. (**Capitalism**: A conversation in Critical Theory, 2018).

Elton Vitoriano Ribeiro**

A importância da dimensão econômica na vida social, especialmente nas sociedades contemporâneas, é cada vez mais patente. O problema da produção de riqueza e sua distribuição, a economia de mercado, a justiça distributiva e a globalização formam partes fundamentais das estruturas das sociedades capitalistas contemporâneas. Nesse contexto, o capitalismo, seja como ordem social institucionalizada, seja como forma de vida, torna-se o ponto fulcral de análise, e por vezes crítica, da filosofia social.

Entre as várias escolas da filosofia social contemporânea, a Teoria Crítica ganha cada vez mais adeptos. Seus estudos atentos às sociedades em seus desenvolvimentos históricos ganham muita força ao combinar vários instrumentos de análise social com o pensamento de grandes autores da filosofia como Hegel, Marx, Arendt, Foucault, Gramsci, Habermas e outros. Destaque seja dado às duas autoras desse livro, Nancy Fraser e Rahel Jaeggi. Ambas estão produzindo reflexões consistentes na área da Teoria Crítica, especialmente na análise do capitalismo e no desenvolvimento de uma Filosofia Feminista. Esse livro em questão é um excelente exemplo disso.

Nancy Fraser (1947) é pesquisadora na *News School for Social Research* em Nova York. Ficou conhecida internacionalmente por seus estudos em Teorias da Justiça e Teorias do Reconhecimento, e por seu debate com Axel Honneth em 2023, publicado em *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. A partir de 2013 tem desenvolvido pesquisas em questões relativas ao feminismo publicadas em *Fortunes of feminism: from state-managed capitalismo to neoliberal* (2013) e *Feminismo para os 99%: um manifesto*, este último publicado em 2019 no Brasil. Por sua vez, Rahel Jaeggi (1967) trabalha atualmente na *Humboldt-Universität zu Berlin*. Com ênfase em Filosofia Social e

* Texto recebido em 10/06/2023 e aprovado para publicação em 20/06/2023.

** Doutor em Filosofia pela PUG (Roma). Professor de filosofia FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia). E-mail: eltonvitoriano@gmail.com.

Filosofia Política, destaca-se entre seus trabalhos *Entfremdung: zur Aktualität eines sozialphilosophischen Problems* (2005) e *Kritik von Lebensformen* (2014). No livro comentado aqui, *Capitalismo em debate*, ambas fazem uma reflexão sobre o capitalismo atual a partir de quatro eixos: (1) Conceitualizando o capitalismo, (2) Historicizando o capitalismo, (3) Criticando o capitalismo e (4) Contestando o capitalismo.

Antes de comentar cada parte, duas questões são importantes. Primeiro, as autoras propõem o que elas chamam de uma concepção expandida do capitalismo que proporciona um quadro mais abrangente para analisar a sociedade atual. Segundo, elas desenvolvem um método que busca interpretar o capitalismo a partir de uma unidade de análise e crítica. Com isso, elas buscam construir um quadro que

[...] dirige nossa atenção para as divisões institucionais que estruturam essa sociedade – para as mudanças pelas quais estão passando agora e para os projetos de vários atores que buscam desafiar ou defender essas divisões. Ele [esse quadro] nos convida a perguntar: como a forma atual do capitalismo (financeirizado, globalizado, neoliberal) está redesenhando as fronteiras entre a produção de mercadoria e reprodução social, entre poder privado e público, entre seres humanos e o resto da natureza e entre exploração e expropriação? E quais são as implicações para as formas de dominação, injustiça e sofrimento características da nossa sociedade – formas que, nessa concepção, estão preocupadas não só com a dominação de gênero e sexual, depredação ecológica, predação imperialista e opressão racial, bem como com exclusões e marginalizações baseadas na organização do poder público e na divisão do espaço público? (p. 77).

Na primeira parte, “Conceitualizando o capitalismo”, as autoras se perguntam: o que é o capitalismo? Para elas, o capitalismo contemporâneo deve ser interpretado no plural, dada a variedade de formas que encontramos em muitos lugares. Mas, basicamente, três dimensões sempre se repetem nessas formas: a social, a política e a econômica. Nessas formas analisadas, fica claro que o capitalismo é intrinsecamente histórico, ou seja, suas propriedades e características emergem com o tempo, diante das dificuldades enfrentadas pelas sociedades capitalistas. Numa leitura mais ortodoxa, as características centrais do capitalismo se dividem em três âmbitos: (1) a propriedade privada dos meios de produção e a divisão de classe entre proprietários e produtores; (2) a instituição de um mercado de trabalho livre e (3) a dinâmica de acumulação de capital.

Para as autoras, então, o capitalismo não é apenas um modo de produção, mas uma ordem social institucionalizada que compartimenta e hierarquiza as esferas da vida em economia, reprodução social, natureza e estado. Primeiramente, o capitalismo é analisado em sua mudança histórica da produção de mercadorias para a reprodução social. O que está em

questão nessa mudança são as “formas de prover, cuidar e interagir que produzem e mantêm os laços sociais” (p. 46). Por um lado, essa mudança estrutural forma os sujeitos humanos no capitalismo como seres sociais controlando a reprodução social desde sua criação e subjetivação até sua socialização. Tradicionalmente, essa mudança começou com a delimitação: os homens produzem as mercadorias; e as mulheres, a reprodução social.

A discussão entre raça, imperialismo e expropriação também está presente nessa parte, para as autoras, a partir da análise da divisão imperialista entre centro e periferia. Afinal de contas, “[...] um sistema dedicado à expansão ilimitada e à apropriação privada do mais-valor, confere aos proprietários do capital um profundo interesse em confiscar o trabalho e os meios de produção de populações subjugadas. Desse modo, eles obtêm insumos produtivos por cuja reprodução não pagam (integralmente)” (p. 62).

Finalmente, a compreensão do capitalismo como uma ordem social institucionalizada é a melhor interpretação do capitalismo, porque dá conta: primeiramente, da separação institucional entre “produção econômica” e “reprodução social”, marcada por um gênero que fundamenta formas especificamente capitalistas de dominação masculina, mesmo que também possibilite a exploração capitalista do trabalho, que fornece a base desse modo oficialmente sancionado de acumulação. Em segundo, da separação institucional entre “economia” e “política”, que expulsa assuntos definidos como “econômicos” das agendas políticas dos Estados territoriais, ao mesmo tempo que liberta o capital para transitar numa transnacional terra de ninguém, na qual ele recolhe os benefícios de uma ordem hegemônica, enquanto escapa do controle político. Terceiro, a divisão ontológica entre seu plano de fundo “natural” (não humano) e seu (aparente não natural) primeiro plano “humano”, que é anterior ao capitalismo, mas intensificado sobre ele. Por fim, temos a “distinção institucionalizada entre exploração e expropriação, que fundamenta formas especificamente capitalistas de predação imperialista e racial” (p. 70).

A segunda parte do livro entra na discussão acerca do capitalismo no tempo, em “Historicizando o capitalismo”. Para as autoras, o capitalismo é uma ordem social institucionalizada histórica. No capitalismo tudo se altera historicamente. A ordem capitalista se desenvolve de maneira temporal e numa sequência de regimes historicamente específicos de acumulação em que “a lógica econômica do capitalismo está enraizada num quadro maior que inclui as condições de fundo não econômicas do poder público, da reprodução social e da natureza” (p. 79).

Historicamente, os regimes de acumulação do capitalismo são classificados em: (1) capitalismo mercantil ou comercial (séc. XVII-XVIII); (2) capitalismo liberal concorrencial (séc. XIX-XX); (3) capitalismo administrado pelo estado ou socialdemocrata (séc. XX); e (4) o atual capitalismo financeiro (séc. XXI). Cada regime apresenta uma dinâmica própria no modo de transformação social, gerando por sua vez uma lógica interna de desenvolvimento. Nesse cenário, cada novo conjunto de transformações e possibilidades possui seus fundamentos numa situação histórica em que há problemas concretos a serem resolvidos. Aqui as autoras discutem dois tipos de dinâmicas: as lutas de classe, que para K. Marx são características das sociedades capitalistas; e as lutas de fronteiras, que na interpretação de M. Polanyi sempre irrompem em locais que apresentam divisões institucionais constitutivas do capitalismo. Cada situação de crise abriga lutas sociais, mas também uma pluralidade de caminhos possíveis de arranjos que podem lidar satisfatoriamente com os problemas.

O capitalismo financeiro é longamente tratado no livro quando as autoras discutem a história da ascensão do neoliberalismo. Nos anos 70, o capitalismo administrado pelo Estado entra em crise após sucessivas recessões econômicas. Ao mesmo tempo, a partir dos anos 60, lutas pela descolonização, pela igualdade racial e movimentos pela libertação das mulheres, juntamente com a deslegitimação do estado de bem-estar (com M. Thatcher no Reino Unido e R. Reagan nos EUA) geram novos sujeitos políticos e uma nova cultura de massa. Eis o solo fértil para o crescimento do neoliberalismo globalizado.

Na terceira parte, “Crítico do capitalismo”, as autoras se perguntam: “após conceituar e historicizar o capitalismo, como exatamente devemos criticá-lo?” (p. 133). O cuidado aqui é não fazer do capitalismo o fundamento de todo mal social ou querer retroceder a um modo de vida pré-capitalista. Para evitar esses riscos, as estratégias de crítica devem seguir em três direções: (1) uma crítica funcionalista a partir das crises, (2) uma crítica moral a partir da injustiça e (3) uma crítica ética a partir do empobrecido. Essas abordagens são importantes porque, na argumentação desenvolvida pelas autoras, (1) o capitalismo é intrinsecamente disfuncional e propenso a crises, (2) o capitalismo é problemático porque produz uma estrutura social desigual e injusta, e (3) o capitalismo trunca a democracia ao restringir a agenda política a questões econômicas e de mercado. Na opinião delas, uma reflexão crítica deverá preocupar-se com as desigualdades distributivas, os mecanismos estruturais e os arranjos sociais que geram as desigualdades. “Uma Teoria Crítica da sociedade capitalista precisa identificar um conjunto de ‘males’ que surgem de forma

sistemática e não acidental da estrutura daquela sociedade e que são, nesse sentido, específicos a ela.” (p. 143).

Nesse ponto, a discussão sobre a liberdade, a liberdade social, a autodeterminação coletiva e a alienação são importantes. A dificuldade real de esses conceitos serem elucidados está na ideia de que nós “somos escravos de um mundo que nós mesmos criamos, mas que assume vida própria, de tal maneira que perdemos o controle sobre ele” (p. 155). Então, para as autoras, um novo passo na compreensão do capitalismo é preciso ser dado: “compreender o capitalismo como forma de vida é tratá-lo como um conjunto de práticas sociais e instituições que vincula às dimensões sociais, econômicas e culturais” (p. 158). Forma de vida é compreendida, aqui, como “formações sociais constituídas por meio de conjuntos de práticas econômicas, sociais e culturais” (p. 158).

No texto é muito instrutivo acompanhar a argumentação das autoras sobre a instabilidade do capitalismo. Para elas, essa instabilidade não é algo acidental, mas é algo inscrito na própria estrutura do capitalismo. Aqui a discussão é ampliada a partir das críticas de outros autores. Daniel Bell com a crítica da contradição entre economia e cultura; Jurgen Habermas com a crítica da contraposição entre economia e política – sistema e mundo da vida; Michel Polanyi com a crítica acerca das relações entre economia e sociedade; James O’Connor, a partir do ecomarxismo, com a crítica da dinâmica da produção capitalista e suas condições naturais necessárias; Lise Vogel, a partir da Teoria Feminista, com a crítica sobre a relação entre a produção de mercadorias e a reprodução social. As autoras buscam integrar as críticas anteriores interpretando o capitalismo como uma ordem social institucionalizada a partir dos pares produção/reprodução, sociedade/natureza e economia/política.

Finalmente, na última parte do livro intitulada “Contestando o capitalismo”, as autoras discutem os vários movimentos, transformações e lutas sociais contestatórias do capitalismo. A ideia geral é criar uma visão expandida das lutas sociais na sociedade capitalista, suas características e seus papéis na transformação do capitalismo. Por exemplo, movimentos pelo decrescimento, pós-coloniais, decoloniais e indígenas, são longamente discutidos. A crise do capitalismo financeiro é analisada como sendo devedora de muitos movimentos como a emergência de um novo capitalismo cognitivo, mas também como a valorização dos movimentos ecológicos, democráticos, pela reprodução social e pela organização do trabalho remunerado e da proteção social. Assim, na última discussão as autoras sugerem seguir em frente porque “apenas ao combinar uma política de distribuição igualitária robusta com uma

política de reconhecimento substancialmente inclusiva e sensível à classe é que podemos construir um bloco contra hegemônico a nos levar, para além da atual crise, a um mundo melhor” (p. 242).

Portanto, o livro em questão, escrito por importantes autoras contemporâneas, é profundamente esclarecedor e muito instrutivo. É um texto que ajuda a compreender melhor as dinâmicas sociais do capitalismo e, por assim dizer, da nossa própria vida social contemporânea. Mas, infelizmente, o livro nos deixa com a impressão de que já se tornou lugar comum em nossa sociedade ser mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.